



PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Associação Brasileira de Esperança e Vida – ABEVIDA – gestora do Centro de Referência e Excelência em dependência Química - CREDEQ Aparecida de Goiânia CNPJ: 02.812.043/0012-50

Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTEUDO

Balanco Patrimonial.....	1
Demonstração do Resultado do Período e do Resultado Abrangente.....	1
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	1
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto.....	2
Notas Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais.....	2

Associação Brasileira de Esperança e Vida – ABEVIDA – gestora do CREDEQ CNPJ: 02.812.043/0012-50 Balanço Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
ATIVO			
CIRCULANTE		6.703.421,27	7.372.206,70
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	4	17.063,35	879.757,90
Crédito com Órgão Estadual - SES-GO	5	6.419.339,02	6.279.271,90
Estoque	6	132.573,87	108.580,56
Adiantamentos	7	129.807,33	99.735,04
Despesas antecipadas	8	4.637,70	4.861,30
NÃO CIRCULANTE		31.262,63	166.860,92
Outros créditos	9	31.262,63	166.860,92
TOTAL DO ATIVO		6.734.683,90	7.539.067,62
ATIVO COMPENSADO		49.364.659,51	41.212.080,35
Contrato de Gestão 002-2014 SES-GO	5	43.537.318,76	37.054.891,39
Bens Adquiridos Cont. Gestão SES-GO	10	3.000.697,10	2.556.033,63
Bens em Comodato Cedidos SES-GO	10	2.762.576,75	1.596.488,43
Bens em Comodato outras Empresas	10	64.066,90	4.666,90
TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO		56.099.343,41	48.751.147,97
PASSIVO			
CIRCULANTE		6.406.284,35	6.234.109,78
Fornecedores	11	1.473.568,81	1.645.904,41
Obrigações sociais e tributárias	12	1.960.183,39	1.617.979,65
Obrigações trabalhistas	13	798.559,80	760.971,10
Provisões trabalhistas e encargos	15	2.160.972,35	2.178.195,85
Provisões contingenciais	16	13.000,00	31.058,77
NÃO CIRCULANTE		328.399,55	1.304.957,84

Obrigações sociais e tributárias	17	328.399,55	1.304.957,84
TOTAL DO PASSIVO		6.734.683,90	7.539.067,62
PASSIVO COMPENSADO		49.364.659,51	41.212.080,35
Contrato de Gestão 002-2014 SES-GO	5	43.537.318,76	37.054.891,39
Bens Adquiridos Cont. Gestão SES-GO	10	3.000.697,10	2.556.033,63
Bens em Comodato Cedidos SES-GO	10	2.762.576,75	1.596.488,43
Bens em Comodato outras Empresas	10	64.066,90	4.666,90

TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO COMPENSADO		56.099.343,41	48.751.147,97
--	--	----------------------	----------------------

	Nota Explicativa	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS - ATIVIDADES DE SAÚDE		27.712.414,85	25.237.399,57
Com Restrição	18		
Programa atividade de saúde		27.689.414,06	25.228.934,27
Outras Receitas - Atividades de saúde		23.000,79	8.465,30
CUSTOS COM PROGRAMAS - ATIVIDADES DE SAÚDE		20.320.611,40	18.334.380,67
Com Restrição	19		
Custo de pessoal próprio	19.a	16.109.946,99	14.864.258,75
Custo operacional	19.b	-3.724.973,14	-3.356.992,18
Custo na aquisição de bens	19.c	-485.691,27	-113.129,74
SUPERÁVIT BRUTO - ATIVIDADES DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO		7.391.803,45	6.903.018,90
DESPESAS OPERACIONAIS - ATIVIDADES DE SAÚDE		-7.372.610,97	-6.898.575,75
Com Restrição	20		
Despesas administrativas			
Pessoal	20.a	-4.264.164,53	-3.985.348,76
Serviços contratados	20.b	-2.280.797,44	-2.222.529,93
Administrativas	20.c	-797.850,58	-623.771,97
Tributárias	20.d	-47.857,19	-35.866,32
Ações judiciais	20.e	18.058,77	-31.058,77
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO		19.192,48	4.443,15



RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO - ATIVIDADES DE SAÚDE		-19.192,48	-4.443,15
Com Restrição	21		
Receitas financeiras	21.a	200.139,97	166.072,82
Despesas financeiras	21.b	-219.332,45	-170.515,97
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		0	0

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NÃO FOI APRESENTADA, POIS NÃO HÁ OPERAÇÕES REGISTRADAS PARA O EXERCÍCIO SOB ESSE CONCEITO, OU SEJA, O RESULTADO DO PERÍODO É IGUAL AO RESULTADO ABRANGENTE.

Associação Brasileira de Esperança e Vida – ABEVIDA – gestora do CREDEQ CNPJ: 02.812.043/0012-50
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 01/01/2021	-	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2021	-	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2022	-	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PRESIDENTE RAQUEL FERREIRA LEMES TAXS CONT.EIRELI - EPP
TÉCNICO RESPONSÁVEL
CNPJ 21.126.863/0001-80
C.P.F. 604.929.701-06 C.R.C GO-001863/O-3
EZIO DONIZETH LOPES – Contador
C.R.C. GO-010049/O-2
Associação Brasileira de Esperança e Vida – ABEVIDA – gestora do CREDEQ CNPJ: 02.812.043/0012-50

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021
Recursos Recebidos		
Entidades Governamentais	27.228.349,93	26.549.722,36
Rendimentos	174.094,28	29.696,84
Outros	255.518,56	523.823,13
Pagamentos Realizados		
Aquisição de bens e Serviços – Programas (Atividades) executados	-7.174.171,44	-6.424.781,07
Salários e Encargos Sociais de Pessoal	-18.669.407,38	-17.212.972,70
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	-2.600.875,80	-3.384.620,21
Outros Pagamentos	-76.202,70	-55.161,81
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-862.694,55	25.706,54
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	-	-
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-	-
(=) Aumento (redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	-862.694,55	25.706,54
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	879.757,90	854.051,36
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	17.063,35	879.757,90

Associação Brasileira de Esperança e Vida – BEVIDA – gestora do CREDEQ CNPJ: 02.812.043/0012-50

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Brasileira de Esperança e Vida (ABEVIDA) é a responsável pela gestão administrativa e financeira do Centro Estadual de Referência e Excelência em Dependência Química, em Aparecida de Goiânia (CREDEQ – Prof. Jamil Issy), desde 2014, com a inauguração ocorrendo em 23 de junho de 2016. A ABEVIDA é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, com sede e foro na cidade de Goiânia, Goiás. A ABEVIDA, que é uma instituição com expertise de duas décadas no tratamento da dependência química e ainda mantém obras sociais, dentre as quais uma comunidade terapêutica masculina. Ela é a sucedânea da Comunidade Luz da Vida, que foi fundada em dezembro de 1997. O CREDEQ – Prof. Jamil Issy é um hospital psiquiátrico e coloca à disposição dos usuários o serviço de ambulatório da saúde mental adulto, a internação em unidade de desintoxicação – LMS ou unidade terapêutica residencial – UTR, o centro de atenção psicossocial/CAPS IV e o serviço de acolhimento a adultos – UAA. Trata do atendimento das mais diversas patologias mentais de modo ambulatorial, sendo os leitos da internação exclusivamente destinados aos pacientes com dependência química. Com 108 leitos (12 de desintoxicação e 96 em Unidades de Tratamento Residencial/UTR – 24 femininos e 86 masculinos), a unidade realiza atividades para a qualificação de profissionais da saúde, por meio do Departamento de Ensino e Pesquisa, atuando



através de estágios para graduandos de Medicina, Psicologia, Nutrição e Serviço Social, assim como para residência médica em Psiquiatria. O CREDEQ diagnostica, trata e realiza o acompanhamento longitudinal dos pacientes. O protocolo terapêutico está alicerçado no atendimento médico (psiquiatra e clínico geral), multiprofissional (enfermeiros, odontólogos, técnicos em enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, nutricionistas, farmacêuticos e musicoterapeuta). O ambulatório acolhe tanto os pacientes em início de tratamento, como em continuação da terapia iniciada na internação. Para se tratar na unidade, o usuário / paciente é encaminhado ao CREDEQ através da Regulação Estadual e, após, passa por avaliação ambulatorial especializada. Através desta avaliação, o psiquiatra determinará se o início do tratamento se dará pela internação ou pelo ambulatório. Internado, o paciente ficará de sete a 15 dias na Detox, para, em seguida, ser acolhido na UTR. A permanência nesse espaço dura, em média, 12 semanas. A partir de 2020, consolidou-se, dentre outras ações, a implantação, paulatina, do serviço de Odontologia destinado a pacientes do Credeq, bem como um amplo Programa de Reinserção, cujo objetivo é trabalhar com os dependentes de substâncias psicoativas (DSP), resultando em seu retorno e permanência no mercado de trabalho com equidade, considerando as dificuldades individuais em se inserirem em atividades laborais, em decorrência da baixa escolaridade, perdas cognitivas, ausência documental, ausência de profissionalização, dentre outras barreiras. O programa está estruturado a partir de seis projetos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais abrangem apenas as operações da ABEVIDA, gestora do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ unidade Aparecida de Goiânia, as quais estão vinculadas ao contrato de gestão nº 002/2014/SES/GO e seus respectivos termos aditivos. Estas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC 1.418/2012, essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, Real (R\$). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, quando existentes, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de uma forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, além de valores de ressarcimentos de verbas rescisórias trabalhistas e subvenções governamentais a receber. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos em banco e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados nas atividades sociais da Associação (custos e/ou despesas - regime de competência), as quais, ainda, não sofreram a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 002/2014/SES/GO e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, tendo como base o valor negociado. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos da Entidade estavam representados basicamente por fornecedores de materiais e de serviços, obrigações tributárias (inclusive parcelados) e de folha salarial, reconhecidos inicialmente pelo valor histórico, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, quando aplicáveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

A Organização Social, Associação Brasileira de Esperança e Vida, por meio do contrato de gestão nº 002/2014/SES-GO e seus respectivos termos aditivos, administra o CREDEQ Aparecida de Goiânia e todos os bens são adquiridos com recursos do contrato de gestão. Pelo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos à Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Com isso, os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados diretamente em contas de resultado e controlados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação/Amortização

A depreciação/amortização, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil/econômica, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade da ABEVIDA, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL ("IMPAIRMENT")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 002/2014/SES-GO, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível da Associação, conforme informado no item 3.2 acima descrito.



Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado.

3.4 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação da Associação (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes, quando existentes, são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Estes são divulgados em Nota explicativa específica, juntamente com as perdas classificadas como possíveis, conforme avaliação por parte do corpo jurídico da entidade.

3.6 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.7 PATRIMÔNIO SOCIAL

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.8 APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial aos da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do ativo e/ou do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado.

3.9 TRIBUTAÇÃO

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Por isso, nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – COM RESTRIÇÃO

Todos os recursos recebidos em razão do contrato de gestão são alocados em conta corrente, que foi criada especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Entretanto, a Entidade é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos às restrições e/ou vinculações por parte do contratante.

	2022	2021
Aplicações financeiras		
(a)	17.063,35	629.752,02
Banco		
movimento	-	250.005,88
	17.063,35	879.757,90

- (a) As aplicações financeiras, mantidas na Caixa Econômica Federal (Caixa Fic Giro MPE REF DI LP), são remuneradas à taxa de mercado. Consiste num valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante na mudança de valor, com taxa de 10,9407% ao ano.

5. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER E CONTRATO DE GESTÃO

Ano	Subvenção Recebida	Rendimento aplicação	Custo Imobilizado	Outras
-----	--------------------	----------------------	-------------------	--------

	(+)	(+)	(-)	Receitas (+)
2014	1.331.552,69	9.881,87	-	255
2015	3.271.996,54	256.279,74	-	536,68
2016	4.862.829,69	197.481,02	1.637.481,55	1.839,87
2017	26.339.284,56	63.849,41	181.536,06	112.231,71
2018	20.046.176,71	86.205,79	338.053,28	478.923,95
2019	28.655.337,06	33.210,10	-	1.094.967,47
2020	28.308.774,51	11.042,18	285.833,00	517.293,39
2021	26.175.136,74	29.696,98	113.129,74	1.484.999,06
2022	27.142.597,21	174.094,29	485.691,27	104.946,47
	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual
-		535.384,09	806.305,47	3.614.951,34
-		1.977.338,31	2.357.780,12	7.229.902,68
-163.238,87	6.837.552,84	-891.864,82	11.219.935,12	
2.200,00	23.134.850,19	2.304.914,61	32.400.000,00	
-7.963,75	30.984.869,65	-8.398.738,12	28.892.481,04	
-691,87	30.741.681,21	-9.356.212,83	27.160.809,11	
2.987,47	26.723.687,05	-7.531.610,27	24.479.085,43	
-25.041,47	25.290.342,65	-5.220.208,41	25.631.225,22	
393.014,14	27.426.863,55	-6.104.139,40	28.825.962,83	

Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
		a Receber	
2.283.398,65	28.919.610,72	27.588.058,03	28.394.363,50
6.241.304,79	-	24.316.061,49	26.673.841,61
12.598.410,22	42.531.986,26	61.985.218,06	61.093.353,24
18.659.125,66	-	35.645.933,50	37.950.848,11
27.505.429,99	28.573.615,68	44.173.372,47	35.774.634,35
26.010.902,04	12.381.900,13	27.899.935,54	18.543.722,71
22.181.212,96	24.287.570,28	23.878.731,31	16.347.121,04
21.637.301,44	39.351.296,82	37.054.891,39	31.834.682,98
23.320.667,06	33.943.889,94	43.537.318,76	37.433.179,36

O demonstrativo acima apresenta uma síntese sobre os valores previstos e repassados a Entidade, referente ao Contrato de Gestão Nº 002/2014 e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Associação Brasileira de Esperança e Vida, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ, Aparecida de Goiânia.

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)", no valor de R\$ 6,104 milhões, este montante refere-se a valores já aplicados nas atividades sociais da



Associação, na gestão da unidade Credeq Aparecida de Goiânia (custos e/ou despesas – regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas no decurso do exercício de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 002/2014/SES/GO e seus respectivos termos aditivos. Atendido os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, a subvenção, à medida da sua realização, foi reconhecida no resultado como receita. Durante o ano de 2022, a soma dos valores repassados pela SES-GO foi inferior as despesas/custos. Desta forma, a entidade registra essas diferenças em créditos a receber, no ativo circulante. Conforme descrito na coluna “Saldo Acumulado de Subvenção a Receber”, e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão e seus respectivos termos aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções, em 31/12/2022, é de R\$ 43,537 milhões. Este montante está sendo controlado em contas de Ativo e Passivo Compensado. Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)” a Entidade possui o saldo de R\$ 37,433 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. Em atenção ao item 9.19, da cláusula nona, do 1º Termo aditivo ao Contrato de Gestão 002/2014/SES/GO, houve o reconhecimento de direito a receber, oriundo de rescisões trabalhistas, ocorridas no decurso do exercício referente aos períodos compreendidos entre janeiro a julho, no montante de R\$ 315.199,62 (trezentos e quinze mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos). Entretanto, este valor poderá sofrer alteração quando da manifestação da SES/GO que, até o fechamento contábil do exercício 2022, não proveu resposta.

6. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2022, os estoques estavam assim compostos, e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2022	2021
Medicamentos e insumos	132.573,87	108.580,56
	132.573,87	108.580,56

7. ADIANTAMENTOS

O saldo refere-se a adiantamentos a fornecedores e empregados (antecipação de férias). Estes valores serão abatidos durante o exercício de 2023.

	2022	2021
Adiantamentos a empregados	127.296,05	97.084,56
Adiantamentos a fornecedores	2.511,28	2.650,48
	129.807,33	99.735,04

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Vale transporte	4.637,70	4.861,30
	4.637,70	4.861,30

9. CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	2022	2021
Créditos com pessoas ligadas (a)	31.262,63	33.962,95
Tributos a recuperar (b)	-	132.897,97
	31.262,63	166.860,92

a) Refere-se a transações entre partes relacionadas (MATRIZ ABEVIDA).

b) Refere-se a INSS OUTRAS ENTIDADES pagos a maior.

10. BENS PATRIMONIAIS ATIVO E PASSIVO COMPENSADO

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-GO e os adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 002/2014 e seus respectivos termos aditivos, firmado com o Estado de Goiás por intermédio da SES-GO, bem como os bens de terceiros em comodato.

Bens Cedidos em Comodato

Os bens detalhados, com exceção de outros bens em comodato, foram cedidos pela SES-GO à Associação Brasileira de Esperança e Vida, para serem utilizados na prestação de serviço, nas dependências do CREDEQ ou em prol deste. Após um minucioso levantamento e validação dos bens em poder da unidade, com objetivo de validar o Relatório de Controle Patrimonial (RCP). Em detrimento do trabalho realizado, em comparativo às demonstrações financeiras, ficou constatada a existência de bens anteriormente cedidos pela SES-GO, que não estavam evidenciados nas contas de controle (ativo e passivo compensados). Por esse fato, houve ajuste no saldo de bens cedidos, e acrescido também os bens cedidos de 2022, totalizando um aumento de R\$ 1.166.088,32 (Um milhão, cento e sessenta e seis mil, oitenta e oito reais e trinta e dois centavos) ao grupo.

Bens Adquiridos

Os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os saldos abaixo em 31 de dezembro de 2022. Com base no levantamento minucioso no controle interno, evidenciou que vários bens adquiridos estavam definidos em grupo de contas divergentes as quais foram ajustadas em 2022.

	2021		2022	
Discriminação	Custo	Acréscimos	Ajustes	Custo
Maq. e Equip. em Geral	39.572,45	361,68	375.701,56	415.635,69
Móveis e Utensílios	1.040.461,19	996,28	631.470,12	1.672.927,59
Veículos	268.200,00	45.465,44	42.465,44	356.130,88
Computadores e Periféricos	248.254,79	-	69.627,80	317.882,59
Subtotal	1.596.488,43	46.823,40	1.119.264,92	2.762.576,75
Outros Bens em Comodato	4.666,90	59.400,00	-	64.066,90
Total	1.601.155,33	106.223,40	1.119.264,92	2.826.643,65

Bens Adquiridos

	2021		2022	
Discriminação	Custo	Aquisições	Baixa / Reclassific.	Custo
Benfeitorias em Imóvel. de Terceiros	580.586,46	-	4.500,00	585.086,46
Computadores e Periféricos	34.601,72	416.553,00	22.235,30	473.390,02
Máquinas e Equipamentos e Geral	666.207,74	59.872,37	28.785,32	697.294,79
Móveis e Utensílios	529.564,20	9.265,90	49.830,15	488.999,95



Ferramentas Elétricas e Manuais	12.469,90	-	15.139,57	27.609,47
Biblioteca	1.820,35	-	157,71	1.978,06
Software	730.783,26	-	-6.644,91	724.138,35
Animais	-	-	2.200,00	2.200,00
Totais	2.556.033,63	485.691,27	- 41.027,80	3.000.697,10

11. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores de materiais e serviços foram decorrentes de aquisição de medicamentos e materiais de consumo, bem como a contratação de prestadores de serviços para executar as atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade, em atendimento ao contrato de gestão 002/2014/SES/GO e seus respectivos termos aditivos.

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	1.473.568,81	1.645.904,41
	1.473.568,81	1.645.904,41

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

As Obrigações sociais referem-se aos encargos da folha de pagamento e às obrigações tributárias por ocasião da contratação de serviços de empresas, e estão assim compostas:

	2022	2021
INSS sob folha parcelados	1.030.633,77	783.218,88
INSS sob folha	377.349,94	360.286,04
IRRF sob folha	279.814,16	228.411,02
FGTS	134.574,71	124.801,10
Débitos federais parcelados	94.599,88	70.068,12
PIS sob folha	16.853,64	15.599,88
INSS retido	16.382,89	17.112,39
CSRF	5.890,74	15.940,14
IRRF sob Serviços de PJ/PF	2.385,38	1.379,38
ISS retido	1.698,28	1.162,70
	1.960.183,39	1.617.979,65

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A obrigação detalhada refere-se ao líquido da folha de pagamento da entidade, férias e rescisões a pagar, relativo ao mês de dezembro.

	2022	2021
Salários a pagar	798.559,80	753.655,11
Férias a pagar	-	2.581,98
Rescisão a pagar	-	4.734,01
	798.559,80	760.971,10

14. ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2017 DO TCE – GO, ITEM “S”

	2022		2021	
	Valor	Variação em relação ao total do passivo	Valor	Variação em relação ao total do passivo
Obrigações trabalhistas (a)	2.964.306,55	44,02%	2.878.210,39	38,18%
Obrigações previdenciárias	803.818,05	11,94%	790.054,60	10,48%

(a) Essa linha compreende os saldos de remunerações (salários, férias e rescisões), FGTS, PIS sob folha, Imposto de Renda – IR retido dos empregados e provisão de férias e seus encargos sociais (FGTS e PIS).

15. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

	2022	2021
Provisão de Férias e Encargos Sociais	2.160.972,35	2.178.195,85
	2.160.972,35	2.178.195,85

16. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

A Entidade é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Com base em informações de seus assessores jurídicos, no exercício de 2022, houve o reconhecimento contábil dos valores das ações trabalhistas classificadas como prováveis perdas. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:

	Quant. 2022	2022	Quant. 2021	2021
Provisões trabalhistas possíveis	-	-	1	229.800,42
Provisões trabalhistas prováveis	2	13.000,00	3	31.058,77
Provisões tributárias possíveis	-	-	2	995.860,98
Provisões cíveis possíveis	1	7.075,27	-	-
	3	20.075,27	6	1.256.720,17

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS DE LONGO PRAZO

As Obrigações de longo prazo referem-se a parcelamentos de encargos da folha de pagamento e de obrigações tributárias, e estão assim compostas:

	2022	2021
INSS sob folha parcelados	297.698,88	1.189.916,13



Débitos parcelados	federais	30.700,67	115.041,71
		328.399,55	1.304.957,84
18. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO			

As receitas de subvenções são realizadas em razão da execução do contrato de gestão nº 002/2014 e seus respectivos termos aditivos, firmado com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás - SES-GO, e os valores estão relacionados à subvenção para custeio e à subvenção de investimento.

	2022	2021
Atividades de saúde	27.689.414,06	25.228.934,27
Outras receitas - atividades de saúde	23.000,79	8.465,30
	27.712.414,85	25.237.399,57

19. CUSTOS COM PROGRAMAS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Os itens de custeio, no geral, sofreram um aumento de 10,83%, influenciando pelo reajuste salarial, inflação nos preços de serviços e produtos e no número de pacientes internados, bem como dos pacientes atendidos no ambulatório da unidade.

19.a Custo de pessoal próprio

	2022	2021
Remunerações	9.622.899,05	9.008.548,10
Encargos sociais	3.566.291,18	3.666.075,71
Provisões trabalhistas	2.844.599,37	2.163.905,57
Benefícios sociais	76.157,39	25.729,37
	16.109.946,99	14.864.258,75

19.b Custo operacional

	2022	2021
Alimentação de pacientes	1.516.809,57	1.378.046,05
Serviços higiene e limpeza	1.155.616,94	1.071.070,19
Energia elétrica e saneamento	539.237,82	474.870,16
Medicamentos e materiais diversos	327.526,39	198.651,37
Serviços em Geral	185.782,42	234.354,41
	3.724.973,14	3.356.992,18

19.c Custo na aquisição de bens

	2022	2021
Custo na aquisição de bens	485.691,27	113.129,74
	485.691,27	113.129,74
	20.320.611,40	18.334.380,67

DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Neste período, o quadro de colaboradores da unidade teve um leve aumento. Da mesma forma, os itens de custeio também sofreram aumentos (de 7,13%) nos preços de produtos e serviços pressionados, principalmente, pelo aumento da inflação.

20**.a Pessoal**

	2022	2021
Remunerações	2.589.971,85	2.423.896,83
Encargos sociais	925.131,63	976.896,29

Provisões trabalhistas	744.700,65	582.554,80
Benefícios sociais	4.360,40	2.000,84
	4.264.164,53	3.985.348,76

20**.b Serviços contratados**

	2022	2021
Serviços de segurança e vigilância	888.698,28	938.072,12
Serviços de tecnologia da informação	732.099,31	528.016,09
Serviços de contabilidade	365.630,86	335.257,18
Serviços jurídicos	184.200,00	174.361,56
Serviços de consultoria	79.172,51	120.682,54
Serviços de auditoria	30.816,48	56.000,00
Serviços comunicação de marketing	180,00	70.140,44
	2.280.797,44	2.222.529,93

20**.c Administrativas**

	2022	2021
Manutenção de infraestrutura	606.578,44	416.777,09
Água e telefone	79.601,80	76.311,54
Combustíveis	60.213,20	69.925,64
Locação de veículos e equipamentos	42.894,19	50.266,25
Despesas diversas	4.678,30	3.198,14
Impostos e taxas	3.537,15	7.008,31
Material de expediente	347,50	285,00
	797.850,58	623.771,97

20**.d Tributárias**

	2022	2021
Taxas federais, estaduais e municipais	47.857,19	35.866,32
	47.857,19	35.866,32

20**.e Ações judiciais**

	2022	2021
Ações trabalhistas (i)	(18.058,77)	31.058,77
	(18.058,77)	31.058,77
	7.372.610,97	6.898.575,75



- (i) Houve reversão sobre as ações judiciais, para o exercício 2022, conforme o entendimento do departamento jurídico, pelo fato das reversões terem sido maiores do que as provisões realizadas ao exercício corrente de 2022, a conta ficou com o saldo credor.

20. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO

Em virtude de atraso nos repasses mensais, desde o ano 2018, a entidade deixou, naquele período, de pagar impostos federais, trabalhistas e previdenciários. Desta forma, para negociar os débitos na esfera administrativa e os inscritos em dívida ativa, foram realizados parcelamentos e estes estão sendo pagos em sua data de vencimento.

No exercício corrente, em virtude de uma melhor regularização no recebimento de repasses financeiros oriundo da SES-GO e uma melhor eficiência operacional, a entidade pôde manter a regularidade na quitação de obrigações fiscais e tributárias próprias do ano. As despesas de juros, multas e encargos tiveram aumento, pois a correção dos tributos parcelados está atrelada à taxa referencial Selic, que vem sofrendo reajustes sucessivos pelo Copom desde março de 2021.

21.

a Receitas financeiras

	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	174.094,28	29.697,01
Outras receitas	26.045,69	1,29
Rendimento bloqu coasto judicial/recursal (a)	-	136.374,52
	200.139,97	166.072,82

21.

b Despesas financeiras

	2022	2021
Encargos financeiros	(210.809,76)	(161.437,21)
Despesas bancárias	(8.522,69)	(9.078,76)
	(219.332,45)	(170.515,97)
	(19.192,48)	(4.443,15)

Resultado Financeiro

- (a) Este recurso refere-se a rendimentos sob bloqueio judicial ocorrido em exercícios anteriores, sendo realizado o desbloqueio no exercício de 2021.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Encontra-se em andamento o processo SEI/GOVERNADORIA - 000034900637 sobre renovação do Contrato de Gestão nº 002/2014-SES/GO (7º aditivo) por mais 12 meses, tendo sua validade de 26/07/2022 e término em 25/07/2023. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adoto as Demonstrações Contábeis ora encerradas e apresentadas.

Aparecida de Goiânia - Go, 28 de fevereiro de 2023.

PRESIDENTE RESPONSÁVEL TÉCNICO
RAQUEL FERREIRA LEMES TAXS CONTAB. EIRELI - EPP
PRESIDENTE CNPJ 21.126.863/0001-80
C.P.F. 604.929.701-06 C.R.C GO-001863/O-3
EZIO DONIZETH LOPES -
Contador
C.R.C. GO-010049/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros da

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESPERANÇA E VIDA - ABEVIDA

Gestora do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ Aparecida de Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESPERANÇA E VIDA - ABEVIDA, Gestora do CREDEQ Aparecida de Goiânia - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESPERANÇA E VIDA - ABEVIDA - Gestora do CREDEQ Aparecida de Goiânia - em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a Subvenções a receber, proveniente de recursos advindos da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás - SES-GO, estão correlacionadas nas Notas 5 "SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER E CONTRATO DE GESTÃO" e 18 "RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre as Subvenções Governamentais a Receber, no valor de R\$ 6,104 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 002/2014 e seus respectivos termo(s) aditivo(s), firmado entre a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Associação Brasileira de Esperança e Vida, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ Aparecida de Goiânia, será cumprido, e que o valor de R\$ 315 mil, proveniente de reembolso com rescisões trabalhistas, será recebido, ambos no exercício de 2023. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 27,712 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o



custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES-GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado; se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção, em confronto com as despesas/custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de contrato de gestão "CREDITOS SUBVENCAO SES-GO CONT. GESTAO", no Ativo Circulante, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota 5 "SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER E CONTRATO DE GESTÃO", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)

Os detalhes sobre a política contábil, relativos à mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL", letra "a", "Reconhecimento e mensuração", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão Nº 002/2014 e seus respectivos termo(s) aditivo(s), firmado entre a SES/GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Associação Brasileira de Esperança e Vida, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Centro de Referência e Excelência em Dependência Química – CREDEQ - Aparecida de Goiânia, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES/GO, e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do CREDEQ optou por acatar o entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Nesse sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão

contratual e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase(s)

Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 002/2014 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, principalmente ao que se refere os repasses governamentais para custeio, tendo em vista que o 6º termo aditivo esteve vigente até dia 25/07/2022, estando assim, a partir desta referida data até 31/12/2022 sem formalização oficial de novas prorrogações, consta em tramite o processo SEI/GOVERNADORIA – 000034900637 relativo ao 7º termo aditivo que até a presente data não havia sido concluído. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Contingências Passivas

Conforme apresentado na Nota 16 – "Provisões Contingenciais" correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, a Entidade é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações. Contudo, por força do item 9.6, combinado com o item 9.19, ambos da cláusula nona – dos recursos humanos, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2014-SES-GO, ficou definido que, apesar da responsabilidade ser do Parceiro Privado (ABEVIDA-CREDEQ), o Parceiro Público (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos e despesas de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, existe a divergência de entendimento sobre o reconhecimento ou não sobre a referida provisão. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Crédito de rescisões junto à SES/GO

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 "SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER E CONTRATO DE GESTÃO", o valor de R\$ 315 mil, registrado a crédito, junto a SES/GO, proveniente de reembolso com rescisões trabalhistas, poderá sofrer variações passivas, em virtude das confirmações dos valores por parte da SES/GO. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 08 de março de 2022.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiania – GO, 14 de março de 2023.

Work7 Auditores Independentes SS José Ricardo Xavier
CRC 001891 GO Contador CRC GO-
013785/O-0 CVM 12.424

Protocolo 374882

HOSPITAL DE ACIDENTADOS CLINICA STA ISABEL LTDA
NIRE 52200111330/ CNPJ NR. 01.269.430/0001-76

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Em cumprimento a Cláusula 14ª do Contrato Social, combinada com art. 1071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a administração do **HOSPITAL DE ACIDENTADOS CLÍNICA SANTA ISABEL LTDA**, CNPJ 01.269.430/0001-76, convocam os Senhores Sócios para Assembleia Ordinária Presencial que será realizada no dia **24 de abril de 2023** no auditório da sede localizado na Av. Paranaíba, nº 652, Setor Central, em Goiânia - Goiás, CEP 74020-010, em primeira convocação, às **19:00h**, com no mínimo ¼ (três quarto) do capital social, e, em segundo convocação, às **19:30h**, com qualquer número do capital social, para apreciar e deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Prestação de contas e das Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **2.** Tratar de qualquer outro assunto correlato com a ordem do dia.

Goiania, 11 de abril de 2023, Valney Luiz da Rocha e Edegmar Nunes Costa - Administadores

Protocolo 373447

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
Av. Presidente Vargas, 618 - Centro, Ceres-GO, CEP 76300-000 CNPJ(MF) 01.377.555/0001-10 NIRE 5230000410-1
- ASSEMBLEIAS GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convocamos os senhores acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, para se reunirem em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária, às 10h do dia 27 de abril de 2023 na sede social da Companhia, situada na Av. Presidente Vargas 618, Centro, Ceres, Estado de Goiás, CEP 76.300-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:**

1. Tomar as contas dos administradores: examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e os documentos que as complementam relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **Assembleia Geral Extraordinária:** 2. Fixar a despesa com honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; 3. Propor alteração dos Artigos 31 e 35 do Estatuto Social; 4. Consolidar o Estatuto Social -Aprovar a nova redação e autorizar a publicação; 5. Discutir e votar outros assuntos de interesse da Companhia. Ceres, 17 de abril de 2023 Maria Cristina de Pina Martin Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 374161

A PARANÁ DIESEL LTDA, CNPJ nº: 29.302.641/0001-82, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente/Superintendência de Meio Ambiente de Formosa-GO, a Licença Ambiental de Funcionamento - LF, a título de renovação da Licença nº: 049/08-2019, para a atividade de Comércio Atacadista de Combustíveis realizado por Transportador Retalhista - TRR, no endereço:

Via Secundária nº: 03, lote nº: 44 - Distrito Agroindustrial de Formosa-DAIF- Formosa/GO. Biólogo Carlos Alberto Sampaio de Paulo

Protocolo 374759

MATA DO ALGODÃO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA torna público que requereu da AMMA - Agência Municipal de Meio Ambiente de Senador Canedo, Licença Ambiental de Instalação, para parcelamento de solo do loteamento fechado JARDINS TREVISÓ, localizado às margens da Avenida Progresso, situada na Fazenda Mata do Algodão, em Senador Canedo - Goiás.

Protocolo 375004

MATA DO ALGODÃO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA torna público que recebeu da AMMA - Agência Municipal de Meio Ambiente de Senador Canedo, Licença Ambiental Prévia com prazo de validade até 31/03/2027, para parcelamento de solo do loteamento fechado JARDINS TREVISÓ, localizado às margens da Avenida Progresso, situada na Fazenda Mata do Algodão, em Senador Canedo - Goiás.

Protocolo 375005